



## **Relatório Síntese de Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste Oeste**

**Data:** 03/03/2015

**Horário:** 14:00h às 17:00h

**Local:** Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU). Av. Álvares Cabral, 200. Centro. Belo Horizonte.

### **Relatório Síntese:**

Izabel Dias iniciou os trabalhos dizendo que, conforme combinado na reunião anterior, este encontro teria como objetivo principal a apresentação das sugestões e propostas dos participantes.

O Grupo Indisciplinar (UFMG) começou apresentando suas sugestões, críticas e propostas. O grupo protocolou um documento junto à SMAPU com todos os apontamentos que foram compartilhados com o GT. Os apontamentos são uma tentativa de colaboração do grupo de pesquisa, com foco mais no processo participativo e menos no conteúdo da proposta.

Sobre a composição, paridade, eleição e competência do Grupo Gestor, o Grupo Indisciplinar (UFMG) sugere que ao PBH abra mão do direito a voto, se limitando ao apoio técnico e elaboração de propostas, tal como acontece na Conferência Municipal de Política Urbana; sugere a retirada dos “proprietários de terra” como setor representado no Grupo Gestor; sugere que para todos os setores indicados na composição do grupo gestor seja exigida a participação em grupos e entidades de caráter coletivo e associativo; que sejam incluídos como membros do grupo gestor movimentos sociais de reforma urbana e membros do setor acadêmico; que o total de membros seja dividido entre os grupos de interessados identificados. O Grupo Indisciplinar critica o fato dos moradores e comerciantes locais terem sido colocados no mesmo grupo, concorrendo às mesmas vagas; critica a proposta do Poder Executivo deter 50% dos votos do Grupo Gestor, dizendo que este mecanismo não garante a paridade real, que seria dividir igualmente entre todos os grupos representados. O grupo de pesquisa levanta ainda questões para discussão como: o que são grupos de interesse da OUC e como serão as eleições dos membros do Grupo Gestor. Sobre a construção participativa do Projeto de Lei, do EIV, EVEF e do Plano da OUC-ACLO, o Grupo Indisciplinar pergunta se existe alguma garantia de que possíveis alterações do Legislativo Municipal relacionadas às demandas populares incorporadas no Projeto de Lei serão vetadas pelo Prefeito por serem contrárias às propostas construídas pela participação popular.

Após as suas considerações, o Grupo Indisciplinar pergunta aos participantes se algum membro da sociedade civil tem interesse em comentar as considerações colocadas. Thiago Riccio diz que





não tem considerações contrárias ao documento apresentado pelo Grupo de Pesquisas<sup>1</sup> e destaca a importância da gestão e de se pensar a composição do Grupo Gestor, como mecanismo de participação efetiva. Selma Cândida (Associação Recreativa e Comunitária dos Amigos do Bonfim) afirma que garantir a maioria dos membros do Grupo Gestor da sociedade civil não é garantia de isenção política já que alguns grupos da sociedade civil não representam, de fato, o interesse da comunidade local afetada.

Finalizadas as considerações dos participantes sobre o documento entregue pelo Indisciplinar, Izabel retoma a palavra, dizendo que as propostas do grupo de pesquisa serão respondidas por escrito (conforme solicitação do Grupo Indisciplinar), mas que no âmbito da reunião tentará levantar algumas questões sobre o documento. Izabel reforça que a gestão é o grande desafio e que a equipe da SMAPU tem consciência que a proposta apresentada ainda não é a ideal, e está em discussão. Izabel coloca que a gestão não deve apenas controlar o planejado, mas também dar certa flexibilidade ao planejamento, asseguradas as questões estruturais. Sobre a questão da paridade, que foi uma constante em todas as falas, Izabel coloca que simplesmente dividir os grupos de interesse pelo número de cadeiras do Grupo Gestor geraria o mesmo resultado criticado, só que pela ótica inversa. Izabel esclarece que o Executivo tem o papel de garantir o interesse da cidade e não só o interesse local (que muitas vezes podem ser contraditórios). Izabel lembra que o executivo foi eleito (e que nenhuma regra de participação tem maior representatividade do que uma eleição municipal) e que o Executivo possui responsabilidade técnica sobre suas decisões. Izabel esclarece que uma das responsabilidades do poder executivo é pautar mudanças na sociedade, mudanças culturais, de perspectivas e de rumos e que nem sempre essas mudanças são bem aceitas, o que não significa que são menos importantes, como por exemplo, a redução de vagas de garagem. Posto isto, a sugestão de retirar o poder de voto do executivo é arriscada. Livia lembra que o Estatuto da Cidade coloca o executivo como coordenador do conjunto de intervenções e medidas inerentes à Operação Urbana Consorciada, desta forma, não há como retirar o poder de voto do executivo. Izabel coloca que os proprietários de terra também são grupos de interesses citados pelo Estatuto da Cidade. Livia sugere pensar nas escalas de decisão, como forma de formatar o Grupo Gestor. Livia agradece muito a contribuição da academia, que se debruçou sobre a proposta e trouxe contribuições efetivas. Livia coloca que este canal de comunicação é de extrema importância para a equipe técnica da SMAPU.

---

<sup>1</sup> “Thiago (FDUFMG) ressalva ser contrário à proposta de exclusão dos proprietários do grupo gestor. No seu entendimento, ela fere o art. 32, do Estatuto da Cidade, o qual deixa inequívoco que os proprietários são partícipes indispensáveis em toda e qualquer OUC. Para ele, qualquer proposta de composição de um grupo gestor sem a participação dos proprietários seria tão ilegal e excludente quanto aquela que pretendesse retirar os moradores e usuários permanentes desse mesmo grupo. Não há, no seu entendimento, uma regra de prevalência *a priori* de certa categoria de atores (moradores ou usuários permanentes) em relação a outra (proprietários e investidores privados). Todos encontram-se no mesmo nível, e, portanto, devem ter as mesmas oportunidades de participação na formulação e na gestão das OUC’s.”





Questionado sobre a articulação da OUC ACLO entre os municípios vizinhos, o secretário Leonardo Castro fala que a celebração de um consórcio intermunicipal é uma opção. Quanto à discussão dos grupos paritários, Julia fala que concorda com a reflexão da Izabel e entende que ainda não está fechado um ponto de equilíbrio. Izabel sugere que o GT foque na discussão da temática a ser tratada por cada grupo gestor, nos locais e no geral. Selma informa que entende ser estratégia a participação da comunidade, e informou que por mais que a PBH tentasse envolver a comunidade nas discussões, os conflitos se mantêm.

Izabel esclarece que ainda serão realizadas audiências públicas sobre a Operação Urbana Consorciada, conforme Acordo com o Ministério Público. E que, segundo este acordo, os documentos (plano urbanísticos, EIV e EVEF) não podem estar finalizados, a fim de se incorporar as propostas que surgirem na audiência pública. Izabel coloca que a equipe técnica pretende fazer uma apresentação pública da proposta, antes da realização das audiências públicas propriamente ditas.

Andrea Scalon (Urbel) coloca que tem receios ao se definir decisões a cargo do Conselho de Habitação ou das Comissões de Vilas e sugere a formulação de uma proposta híbrida. Andrea coloca que tal proposta deve ser amadurecida. Márcia Borges pontua que há casos em que há associações 'legais', entretanto, que não tem funcionamento. Segundo ela, é o caso de estudar a avaliação das associações realmente atuantes junto às suas comunidades. Comenta da dificuldade em legitimar tais movimentos. Acredita que uma boa alternativa é tornar públicas as discussões para não fechar somente nas associações.

Livia pergunta ao Grupo de Discussão qual é o melhor formato de eleição para o Grupo Gestor: por entidade, tal qual o Compur ou livre, tal qual a conferência? Julia Franzoni acredita que o formato das eleições se desenhará de forma mais clara quando os grupos de interesse forem identificados.

Izabel sugere então um "brain storm" para se pensar os grupos de interesse que comporiam o grupo gestor. Segue resultado da discussão abaixo, conforme documento já encaminhado aos participantes:

*Registro informal de trabalho desenvolvido pelo GT de Gestão da OUC em 03/10/2015*

**ESTATUTO DA CIDADE:** coordenação pelo executivo municipal com a participação dos moradores, usuários, investidores privados e proprietários.

**Moradores representados por associações** dos bairros abrangidos pela OUC. (Independente de CNPJ ou formalização? Estatuto social? Atestado de idoneidade assinado por autoridade pública?) A sede pode estar fora da área da OUC, mas tem que estar em um dos bairros abrangidos? Inclui ONGs com pautas relacionadas ao território da Operação.

**Movimentos Sociais:** quais? Moradia, Ambiental, Reforma Urbana, Mobilidade ou mais genéricos (temas ligados a questões urbanas não instituídos pelo poder público). Inclui ONGs com pautas relacionadas aos temas da Operação (questões urbanas).

E os moradores de rua? E os catadores? Podem ser representados nos Movimentos Sociais?

**Comerciantes (Investidor):** Tem que estar vinculado a alguma associação (Associação comercial de bairro, CDL, Fecomércio, SindLojas...). Diferenciar grandes e pequenos? E o SEBRAE (entidade pública),





seria importante para representar os pequenos empresários? E indústria e serviços, estão incluídos neste grupo?

**Investidor Imobiliário** (Investidor 2): Não precisa ser territorializado, inclusive de fora do município. Inclui os bancos, construtoras, empresas de títulos e entidades representativas do mercado (Ex: Sinduscon, Secov, CEF). Mesmo os bancos públicos são investidores privados? (tem que ter personalidade jurídica de direito privado).

**Proprietários:**

**Usuário Permanente:** Empregados das empresas, usuários dos equipamentos, estudantes, etc. Como identificá-lo? Não pode se enquadrar em nenhum dos outros grupos. Comprovar utilização permanente (vínculo de trabalho, matrícula em escola, etc.), inclusive com comprovação de duração do vínculo.

(Não acabamos a discussão dos grupos/setores)

**Questões geral:** como garantir a real representatividade? Exigir “publicização” das informações que demonstram atuação da associação no território e questões da OUC (quem atesta? A plenária?). Quem atesta que está apto a participar, se os critérios não forem objetivos? A Plenária? A prefeitura? O COMPUR? Qualquer associado poderia se candidatar ou tem que ser indicado pela entidade? Mais seguro adotar a indicação pela entidade, para fortalecer a visão da entidade e não de ator isolado. (Geral, para todos os grupos)

Pensar regras de enquadramento em cada um dos grupos, principalmente em relação a mesma participação em mais de um grupo

A entidade indica uma pessoa e esta passa a ser o representante ou a vaga é da entidade (não personalizada)?

Prever no regimento, regras de frequência para garantir a vaga e suplência.

É importante delimitar atribuições dos dois grupos gestores (geral e local).

Izabel sugere que na próxima reunião do Grupo de Discussão sejam discutidos principalmente os pontos como: representatividade de cada um dos grupos de interesse nos grupos gestores (geral e locais); atribuições do Grupo Gestor Geral e dos Grupos Gestores Locais; Participação dos Conselhos já instituídos na Gestão da OUC (Conselho de Habitação e Patrimônio).

A discussão foi encerrada com a solicitação que os participantes tragam na próxima reunião mais sugestões e propostas.

